



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 19 a 21 de setembro de 2013

ISSN 1982-3657



PROEJA: AVALIAÇÃO, ANÁLISES E DISCUSSÕES

Msc. Jorginaldo Santos Calazans – jorginaldo.calazans@ifs.edu.br

Msc. José Antonio de Oliveira Fonsêca – geografiajose@yahoo.com.br

Dr. Flaviano Oliveira Fonsêca – fflavano10@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar alguns aspectos do processo de avaliação aplicado aos alunos do PROEJA ingressam no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS. A metodologia utilizada análise e interpretação de documentos oficiais e de pesquisas teorias e empíricas realizadas por diversos estudiosos do tema. Por fim, conclui-se que a postura do docente quando o quesito é a avaliação do aluno adota uma postura equilibrada entre avaliação: qualitativa e quantitativa levando em consideração a realidade do aluno e o conteúdo trabalhado em sala de aula. Mesmo percebendo certo estrangulamento e entraves na modalidade de ensino, entretanto, o docente tem empreendido grande esforço para corresponder ao que previsto pela gestão pedagógica para esta modalidade.

Palavras-chave: Proeja; Educação profissional; Avaliação

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze some aspects of the assessment process applied to students entering PROEJA Federal Institute of Sergipe. The methodology used was the analysis and interpretation of documents and theories and empirical research carried out by several scholars of the subject. Finally, concluded that the position of the teacher when regard is the evaluation of the student, he adopts a balanced assessment: qualitative and quantitative taking into account the student's reality and content working in classroom. Even realizing certain bottlenecks and glimpsed this type of education, however, the teacher undertaken great effort to match what is provided for educational management for this mode.

Keywords: Proeja; Professional Education, Assessment

INTRUDUÇÃO

A questão da avaliação no conjunto do processo pedagógico da aprendizagem é algo que possui singularidades e complexidades muito próprias em qualquer modalidade de ensino. Em se tratando do PROEJA

cremos que tal ação implica alguns cuidados e esforços ainda mais imperativos por se tratar de uma criança que, na maioria das vezes, há muito deixou o convívio da sala de aula e se distanciou dos procedimentos pedagógicos com este fim específico.

O Programa de Educação para Jovens e Adultos – PROEJA surgiu com o Decreto 5.840/2006. Com esse decreto o Governo Federal implantou o PROEJA nos Centros Federais de Educação Tecnológica, na época, hoje Instituições Federais, a fim de atender a uma demanda reprimida de jovens e adultos excluídos da educação formal prévia na constituição. O objetivo central do programa é a elevação da escolaridade e o acesso a uma formação técnica e profissional de qualidade para atender às demandas que o processo de desenvolvimento do país está a enfrentar. Certamente, essa política pública não se trata de uma benesse do poder público que ela representa, entretanto, forma de atenuar o atraso que o país adquiriu em épocas anteriores. Tal descaso sempre foi motivo de contestação pelos movimentos populares e, recentemente, essa cobrança se intensificou a partir de uma onda de protestos no que se convencionou a chamar de movimento “Acorda Brasil”, onde o que se reivindica essencialmente é um Brasil melhor.

O país vive uma situação paradoxal: rico em diversos recursos naturais, mas submetido a subdesenvolvimento no âmbito da educação, fato que se arrasta desde a colonização, e que tem impedido o país de entrar para o bloco dos países desenvolvidos na contemporaneidade.

O Brasil enfrenta desafios e problemas em várias áreas administrativas do país, a exemplo da mobilidade urbana, saúde, segurança e transporte público. Os problemas citados se alastram pelo país, fato que tem desafiado mesmo as políticas de assistência implantada pelos governos. Percebemos que esses entraves impedem o país de alavancar o seu desenvolvimento e deixar para trás o fator do subdesenvolvimento e do atraso que se vive sobre toda a nação.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PROEJA

O PROEJA retoma uma série de documentos oficiais que vai desde portarias até decretos no âmbito do Governo Federal e que, resumidamente, redundam nos parágrafos que se seguem.

Em 13 de junho de 2005, por meio da Portaria nº 2.080, o Ministério da Educação – MEC estabeleceu, na estrutura dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), das Escolas Técnicas Federais, (ETF), das Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) e das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (ETV) as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional integrada com o ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Nesse contexto, com as diretrizes estabelecidas, o MEC optou pela criação de um programa que abrangesse cursos com essa configuração. Assim, no dia 24 de junho do mesmo ano, foi promulgado o Decreto nº 5.478, instituiu, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Esse Decreto foi revogado, em 27 de julho de 2006, pelo Decreto nº 5.840 que, entre outras mudanças, alterou o nome para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

Rosa[1]em suas análises enfatiza que diante desses desafios, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC optou, ainda em 2005, pela realização de 15 oficinas pedagógicas de sensibilização para a implementação do programa nas instituições federais. Participaram dessas oficinas diretores de ensino, gestores e coordenadores pedagógicos das escolas federais, além de alguns gestores estaduais de educação profissional. Nesse ínterim, os subsídios colhidos nas oficinas de sensibilização apontavam para a necessidade de aprofundar as diretrizes do Programa, com a explicitação de fundamentos, conceitos e princípios relativos à proposta.

Assim, no final de 2005 foi instituído um grupo de trabalho formado por representantes da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica – RFEPT, do Fórum Nacional de EJA e de pesquisadores de universidades

brasileiras para a elaboração do primeiro Documento-Base Proeja, voltado especificamente para o nível mé educação profissional técnica de nível médio com ensino médio. Após a produção da minuta do docu buscou-se promover um debate amplo entre atores interessados nos campos de atuação do programa: educ profissional, ensino médio e educação de jovens e adultos. Nessa discussão, destaca-se a participação do F Nacional dos Gestores Estaduais de Educação Profissional.

Com base nesse contexto vê-se a necessidade da promulgação de um novo decreto, em substituiçã 5.478/2004, dando base legal às alterações propostas. Dessa forma, foi assinado o Decreto nº 5.840/2006, além do nome, conforme citado anteriormente, traz as seguintes novas orientações: amplia para todo sistemas públicos de ensino e para as instituições do Sistema Nacional de Aprendizagem Social (Sistema possibilidade de atuar como proponente, porém, mantendo a obrigatoriedade para a Rede Federal; amp abrangência para toda a educação básica na modalidade EJA; inclui a possibilidade de oferta de cursos na fi concomitante, além da forma integrada; prevê a conclusão dos estudos e a respectiva certificação a qual tempo desde que demonstrado o domínio dos conteúdos do nível de ensino e institui um Comitê Nacional acompanhamento e controle social da implementação nacional do Proeja, em que a composição, as atribuiçõ o regimento serão definidos conjuntamente pelos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Educação.

Assim, para Rosa o Proeja propõe um desafio pedagógico e gerencial em que se torna necessár formação/qualificação de professores e gestores para atuar na implantação, implementação, monitoramer avaliação do programa, bem como profissionais aptos a produzir e sistematizar conhecimentos em seus car de abrangência. Em atendimento parcial a essa necessidade, a Setec, em colaboração com os Cefe Universidades distribuídos nas regiões do país tem promovido anualmente cursos de Especialização Pi (Pós-graduação *lato sensu*). Essa propositura inicial, portanto tratou de reunir as ferramentas básicas e ap para algo novo no âmbito da educação, e por isso mesmo, passíveis de avaliação, reformulações e del permanentes para readequações e redirecionamentos.

Algo que merece destaque é a implantação das Especializações em PROEJA incentivadas pela SETEC/MEC. tipo de iniciativa foi considerado de suma importância e força motriz capaz de projetar e promover pesqu aprofundamentos e especulações para que a comunidade entenda melhor a urgência, a natureza fundamentos teóricos e legais dessa nova modalidade de ensino.

Nesse ponto, o curso de Especialização PROEJA oferecido pelo IFS, em parceria com a Secretaria de Estad Educação do Estado de Sergipe – SEED-SE, a SEMED-ARACAJU e a Secretaria de Estado da Justiça e Cidad tem o objetivo de preparar educadores para a prática da investigação da docência, tendo em vis favorecimento de procedimentos pedagógicos mais adequados a sua aprendizagem no ambiente escolar.

Nesse sentido, essa especialização é oferecida contemplando cinco eixos básicos: i) Concepções e princípíc Educação Profissional e da Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos; ii) Ge Democrática e Economia Solidária; iii) Políticas e Legislação Educacional; iv) Concepções Curriculare Educação Profissional e na Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos; e v) Didática Educação Profissional e na Educação de Jovens e Adultos com uma carga horária de 360h desenvolvidas de fi presencial.

Com relação ao público-alvo, a Especialização em PROEJA destina-se a Professores, Técnicos Administrat Coordenadores e Gestores de Educação de Jovens e Adultos – EJA/PROEJA que atuam no 2º Segmento do Er Fundamental ou no Ensino Médio das redes: Estadual; Municipal e da Federal, além de assegurar a particip de educadores do Sistema Sócio-Educativo.

O primeiro edital expedido pelo IFS ofertou 70 (setenta) vagas, assim distribuídas: 35 (trinta e cinco) vagas Polo Especialização/PROEJA IFS no Campus Aracaju e 35 (trinta e cinco) vagas para o Especialização/PROEJA IFS no Campus Lagarto, fato que ocorreu em novembro de 2008.

Esse mesmo projeto foi replicado em um segundo edital sob o nº 28/2010, expedido pela DSDP/IFS, nos me moldes do primeiro edital.

Uma pesquisa realizada nos relatórios expedidos pelas coordenações, à época, dão conta que aproximadamente 81,25% dos alunos ingressos concluíram a referida Especialização. Certamente, esse é um indicio bastante razoável e que se aproxima dos 90% de concludentes em cursos de pós-graduação, em geral, o que revela dotação de excelência.

Quanto ao quando de docente de ambos os editais constatou-se um corpo razoavelmente qualificado, resultado de uma ação planejada e cuidadosa para o desenvolvimento do trabalho.

Deve-se notar que, a oferta dessa pós-graduação, em nível de especialização, é certamente, uma necessidade que até se tornou uma exigência para que se entenda o PROEJA, sua natureza, seus objetivos e seus fins específicos.

Entretanto, o que se podia esperar é que um projeto dessa importância fosse ofertado de fluxo contínuo, mas como se constata é que esse talvez seja o maior desafio do projeto. Nesse ponto, percebemos aqui uma questão problemática, pois tão somente agora quando se aproxima do final de 2013 é que a instituição abriu um processo seletivo na tentativa de dar seguimento a uma atividade de importância capital para a tão cambaleante educação brasileira, e no caso específico, pesquisas sobre a natureza e os desafios do Proeja.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE EJA/ PROEJA – OUTRAS ANÁLISES

Como já mencionamos o desenvolvimento das nações, no passado, sempre esteve vinculado à quantidade de recursos naturais disponíveis. Hoje, embora o elemento recurso natural seja importante, entretanto, o acesso à informação, à educação e à especialização suplanta em muito esse ponto, nisso há uma convergência entre vários estudiosos.

Assim sendo, Dewey (1979) destaca que somente por meio de uma educação democrática é que o indivíduo desenvolve-se plenamente. A educação democrática sugere uma forma de vida social em que interesses interpenetram mutuamente e em que o progresso ou a readaptação tem grande significado para o desenvolvimento social do indivíduo, sendo importante que haja uma participação consciente e interdisciplinar.

Nesse contexto, pode-se afirmar que “[...] se a educação é desenvolvimento, ela deve progressivamente revelar as possibilidades presentes, tornando assim os indivíduos mais aptos a lidar mais tarde com as exigências do futuro”. (idem, p. 60). Com isso, o Documento Base (2005) assevera que o que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e construção de uma sociedade socialmente justa.

De acordo com os dados do próprio MEC, datado do ano de 2008, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA abrange cursos que, como o próprio nome diz, proporcionam formação profissional com escolarização para jovens e adultos.

Nesse contexto os cursos oferecidos são:

- 1) Educação profissional técnica de nível médio com ensino médio, destinado a quem já concluiu o ensino fundamental e ainda não possui o ensino médio e pretende adquirir o título de técnico;
- 2) Formação inicial e continuada com o ensino médio, destinado a quem já concluiu o ensino fundamental e não possui o ensino médio e pretende adquirir uma formação profissional mais rápida;
- 3) Formação inicial e continuada com ensino fundamental (5ª a 8ª série ou 6º a 9º ano), para aqueles que concluíram a primeira fase do ensino fundamental. Dependendo da necessidade regional de formação profissional, são também admitidos cursos de formação inicial e continuada com o ensino médio.

Conforme dispõe o documento os cursos podem ser oferecidos de forma integrada ou concomitante. A forma integrada é aquela em que o estudante tem matrícula única e o curso possui currículo único, ou seja, a forma profissional e a formação geral são unificadas. Na forma concomitante, o curso é oferecido em instituições distintas, isto é, em uma escola o estudante terá aulas dos componentes da educação profissional e em outra o ensino médio ou do ensino fundamental, conforme o caso. As instituições que optarem pela forma concomitante automaticamente celebram convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados.

Importa registrar que a idade mínima para acessar os cursos do PROEJA é de 18 (dezoito) anos na data da matrícula e não há limite máximo. (MEC, 2008).

Como se pode perceber ao menos na intenção do Governo Federal juntamente com as instituições técnicas federais, pelo menos nas intenções, querem focar na qualificação e formação humana que, entre outros aspectos, considera importante uma boa educação para o acesso ao mundo do trabalho. Certamente, isso implica tanto a compreensão de elementos da macroeconomia – como a estabilização e a retomada do crescimento econômico e demais elementos mediatizados pelos índices de desenvolvimento humano a alcançar.

E é através da educação que pode ser encarado o processo que o homem utiliza para tornar-se mais conscientemente. Tornando-se mais empoderado, o sujeito procurará maior perfeição, pois compreenderá jamais poderá esgotar as possibilidades de sua natureza e jamais se tornará perfeito. Sendo sujeito de própria educação e conhecendo-se melhor, o indivíduo empreenderá todas as iniciativas para tornar-se aquilo que ele pode e deve ser exercendo a sua cidadania de forma consciente e responsável.

Como aponta o Documento Base (2005), não se pode subsumir a cidadania à inclusão no “mercado de trabalho”, mas assumir a formação do cidadão que produz, pelo trabalho, a si e o mundo. Esse largo mundo do trabalho não apenas das modernas tecnologias, mas de toda a construção histórica que homens e mulheres realizaram.

A AVALIAÇÃO FORMAL E O ALUNO PROEJA

Quando se fala em avaliação, pensa-se logo em algo complexo e de difícil concretização, pois é o momento em que o aluno precisa mostrar aquilo que conseguiu assimilar durante o período em que o educador trabalhou com os conteúdos.

Segundo Kraemer (2005), a avaliação como processo é parte integrante do processo ensino/aprendizagem e ganhou na atualidade espaço muito amplo nos processos de ensino. Esse tipo de atividade implica precisão técnica e grande capacidade de observação dos profissionais envolvidos.

Nesse sentido, o processo de avaliação na aprendizagem não deve permitir que os resultados das provas periódicas, geralmente de caráter classificatório, sejam supervalorizados em detrimento de suas observações diárias, de caráter diagnóstico. Com isso o educador trabalha de forma interativa, visando todo o percurso do aluno durante o ano letivo. Assim:

O professor, que trabalha numa dinâmica interativa, tem noção, ao longo de todo o ano, da participação e produtividade de cada aluno. É preciso deixar claro que a avaliação não é somente uma formalidade do sistema escolar. Como, em geral, a avaliação é formalizada e obrigatória, devem-se ter inúmeros cuidados em sua elaboração e aplicação. (KRAEMER, 2005, p. 1).

Segundo a autora na maioria das escolas brasileiras, a avaliação tem se constituído no principal mecanismo de sustentação da lógica de organização do trabalho escolar. Nesse contexto, a avaliação tem-se atribuído o papel legitimador do fracasso, ocupando mesmo o papel central nas relações que estabelecem entre si os profissionais da educação, alunos e pais. Para ela os métodos de avaliação ocupam, sem dúvida, espaço relevante no conjunto das práticas pedagógicas aplicadas ao processo de ensino e aprendizagem. Pois, avaliar, não se resume

mecânica do conceito formal e estatístico; não é simplesmente atribuir notas, obrigatórias à decisão de avanço ou retenção em determinadas disciplinas.

Importa considerar que a avaliação é uma temática que está há tempos em discussões no âmbito acadêmico, pois a cada modelo que é apresentado, sempre fica no "ar", será que essa vai dar certo? E com isso os profissionais ficam num dilema constante.

Assim, Kraemer (2005) reforça o que ela entende por função de avaliação da seguinte forma:

A avaliação é uma operação descritiva e informativa nos meios que emprega, forma a intenção que lhe preside e independente face à classificação. De âmbito mais vasto conteúdo mais rico, a avaliação constitui uma operação indispensável em qualquer sistema escolar. A avaliação descreve que conhecimentos, atitudes ou aptidões que os alunos adquiriram, ou seja, que objetivos do ensino já atingiram num determinado ponto de percurso e que dificuldades estão a revelar relativamente a outros.

A avaliação proporciona também o apoio a um processo a decorrer, contribuindo para a obtenção de produtos ou resultados de aprendizagem. (idem, p. 2-3).

Com isso, nota-se que o professor precisa procurar métodos pelos quais possa ajudar seu aluno. Levando em consideração que cabe a ele ajudar seu aluno nas dificuldades que surgem no dia a dia.

Assim como acontece às mudanças em diversas áreas da educação, nas avaliações não é diferente, pois, segundo Kraemer (2005), apresenta os diversos tipos de avaliações evolutivas no decorrer da trajetória educacional tais como:

Mensuração, não distinguia avaliação e medida. Nessa fase, era preocupação dos estudiosos a elaboração de instrumentos ou testes para verificação do rendimento escolar. O papel do avaliador era, então, eminentemente técnico e, neste sentido, testes e exames eram indispensáveis na classificação de alunos para se determinar o progresso.

Descritiva, essa geração surgiu em busca de melhor entendimento do objetivo da avaliação. Conforme os estudiosos, a geração anterior só oferecia informações sobre o aluno.

Julgamento, a terceira geração questionava os testes padronizados e o reducionismo da noção simplista de avaliação como sinônimo de medida; tinha como preocupação maior o julgamento. O avaliador assumiria o papel de juiz, incorporando, contudo, o que se havia preservado de fundamental das gerações anteriores, em termos de mensuração e descrição.

Negociação, nesta geração, a avaliação é um processo interativo, negociado, que se fundamenta num paradigma construtivista, é uma forma responsiva de focar e um modo construtivista de fazer.

Ainda de acordo com Kraemer (2005), a finalidade da avaliação, de acordo com a quarta geração, é fornecer sobre o processo pedagógico, informações que permitam aos agentes escolares decidir sobre as intervenções e redirecionamentos que se fizerem necessários em face do projeto educativo, definido coletivamente e comprometido com a garantia da aprendizagem do aluno.

Nesse contexto, Kraemer (2005), destaca que enquanto a avaliação permanecer presa a uma perspectiva ultrapassada, a mesma autora diz que a evasão permanecerá, e o educando, o cidadão, o povo continuará escravo de uma minoria, que se considera a elite intelectual, voltada para os valores da matéria ditadora, de uma democracia mascarada e opressora. Para ela o grande desafio para construir novos caminhos, é a avaliação com critérios de entendimento reflexivo, conectado, compartilhado e autonomizador no processo de ensino/aprendizagem. Desta forma, estaremos formando cidadãos conscientes, críticos, criativos, solidários e autônomos.

ALGUNS ASPECTOS ENCONTRADOS ENTRE ALUNOS DO PROEJA NO IFS CAMPOS LAGARTO SERGIPE

Tendo por base uma pesquisa[2] realizada no ano de 2012 entre os docentes do que atuam no PROEJA Instituto Federal de Sergipe, Campus Lagarto é possível vislumbrar alguns aspectos desse complexo campo de conhecimento que é a avaliação do aluno PROEJA seus desafios e acertos. A pesquisa foi através de questionário semiestruturado o que permitiu uma visão embora parcial, entretanto, bastante razoável a respeito do quesito avaliação do aluno.

É importante deixar claro que o estudo está baseado na metodologia qualitativa que valoriza o posicionamento dos entrevistados, por isso, a quantidade de docentes entrevistados foi suficiente para responder as questões exploradas por essa pesquisa.

Nesse aspecto, "o questionário é um instrumento de coleta de dados, elaborado pelo pesquisador e aplicado a uma clientela pesquisada. Através dele se faz a coleta das unidades estatísticas. Destinado a pesquisa em geral nada mais é do que uma série de perguntas com espaço em branco para respostas"(RODRIGUES, 2009, p. 1).

Nesse sentido, importa registrar que a pesquisa[3] foi realizada com 06 (seis) perguntas abertas, aplicada a cinco professores que trabalham na modalidade PROEJA - IFS Campus Lagarto/SE. Os professores participantes estão registrados como (Professor A, B, C, D e E). Como percebemos a aplicação do questionário e de pesquisa se tratam de um experimento que vai muito mais além dessa pesquisa. A avaliação dos alunos na modalidade não se encerra por aqui, pois a complexidade exige uma atualização do assunto que está sendo no processo de atualização.

A primeira pergunta do questionário aplicado aos docentes diz respeito aos tipos de avaliações que o professor aplica ao aluno do PROEJA, nesse quesito eles responderam da seguinte forma:

- A – "Prova oral, juntamente com escrita e complementando com atividades extras".
- B – "Prova oral e prova escrita com conteúdos sempre relativos ao que vem relacionado ao aluno".
- C – "Debate em grupos e prova escrita respeitando o ritmo de assimilação de cada um".
- D – "Escrita e oral".
- E – "Prova subjetiva e objetiva, obedecendo o aprendizado de cada um".

Podemos perceber que os professores ficam patentemente há uma predominância de um equilíbrio entre a prova oral e escrita, tendo em vista que os profissionais apresentam cuidado com o que seja relativo para o aluno, ou eles levam em conta o aprendizado do aluno a partir do conteúdo explorado em sala de aula.

Um dos interesses da aplicação dos questionários era descobrir qual seria a diferença de critério de avaliação em relação aos alunos dos cursos regulares e da modalidade integral. Para tanto se obteve as seguintes respostas:

- A – "Existe. Sendo que para o aluno que desenvolve atividades diárias, ou trabalhos, deve-se sempre levar em consideração critério de aspectos qualitativos e quantitativos".
- B – "Nenhuma. Sendo que o que conta mais é o conceito do conteúdo".
- C – "É que cada um só pode desenvolver aquilo que está diante de sua capacidade. Logo, temos que levar em consideração o processo de assimilação do aluno".

D – “Tento sempre adquirir avaliação de acordo com as limitações de cada um”.

E – “Sempre buscando facilitar a comunicação do assunto a ser trabalhado”.

Para alguns professores não existe diferença de critérios, outros apresentam que sim. Contudo todos os participantes da pesquisa acreditam que seja, qual for o critério de avaliação, é necessário que seja de acordo com o conteúdo explorado e a assimilação do aluno tendo em vista os assuntos trabalhados em classe.

Quanto ao processo de seleção dos conteúdos, se havia diferença entre ensino regular e o ensino do PROEJA, qual seria e por quê, responderam:

A – “Claro que existe, os conteúdos são bastante resumidos”.

B – “Existe sim, porque no ensino regular o tempo é mais extenso para trabalhar conteúdos, pesquisar em grupo e desenvolver aulas práticas. Enquanto no PROEJA há material disponível”.

C – “Existe, pois trabalhando na modalidade convencional há tempo para conteúdos filosóficos e nesse aspecto o ensino regular irá se sobrepor ao EJA”.

D – “Existe. O PROEJA busca apenas oferecer o conhecimento superficial dos conteúdos trabalhados. O ensino regular trabalhar mais as pesquisas com complementação de conteúdos”.

E – “Sim, porque o regular aprofunda muito mais o conteúdo em quanto o PROEJA é muito superficial”.

De acordo com os professores há diferença de processo de seleção dos conteúdos entre ensino regular e o PROEJA, pois enquanto o tempo e o conteúdo do ensino regular são extensos, no do PROEJA existe o tempo, e os conteúdos que são resumidos significativamente. Isso é um indicador de que urge utilizar o recurso pedagógico o aprendizado que o aluno já dispõe a partir de suas vivências no mundo do trabalho. Entretanto, para que isso ocorra implica investimento no projeto político pedagógico do curso. Fato certamente, demandará um esforço multidisciplinar e, necessariamente, uma decisão de cunho político pedagógico educacional.

Com relação à satisfação com os critérios de avaliação que praticam, os professores disseram:

A – “Em parte sim, porque tenho que ir de acordo com as normas da instituição”.

B – “Em parte sim, porque infelizmente não podemos ir além da capacidade do aluno”.

C – “Não. Com os critérios de avaliação porque nem sempre os objetivos são alcançados e porque existem limitações impostas pelo próprio programa”.

D – “Não. Deveria existir um melhor comprometimento do governo”.

E – “Infelizmente não porque há um direcionamento dos conteúdos”.

Com base nos professores entrevistados pode-se notar que uma parte está satisfeita com os critérios utilizados por eles com relação aos tipos de avaliações, até porque eles já recebem a programação do sistema, portanto, entendi que precisa seguir um processo de ensino aprendizagem, como também de critérios avaliativos.

Foi solicitado aos professores para que apresentassem alguma sugestão como proposta avaliativa para o ensino do PROEJA. Foram listadas as seguintes sugestões: “fazer inversão da distribuição da nota”; “trabalhar mais a questão prática de cada conteúdo”; “banir as avaliações com critérios punitivos e de repressão, falt

conhecimento na função da prática diária do aluno”; “que os conteúdos fossem mais trabalhados na prática que na teoria”; e “trabalhar sempre em grupo obedecendo às limitações de cada um”.

Nesse quesito a opinião dos professores similares, pois os mesmos apontam algumas maneiras de como procedidas essas avaliações. Para a maioria se faz necessário que se trabalhe mais a prática do que a teórica levando em consideração as limitações de cada aluno no seu processo de ensino e de aprendizagem. Entretanto, não se percebe uma consistência maior naquilo que eles propõem.

Com relação às maiores dificuldades no que se refere ao processo de avaliação do aluno do PROEJA, os professores responderam o seguinte: “falta de interesse, por parte dos alunos”; “falta de investimento em material didático”; “as limitações impostas ao professor não permitem que ele aprofunde o conhecimento e a decorrência do conteúdo a ser trabalhado do aluno”; “falta de laboratórios para colocar em prática tudo visto na teoria”; e “a limitação do tempo para trabalhar os conteúdos”.

Os professores apresentaram como maiores dificuldades no tocante ao processo avaliativo do aluno do PROEJA: falta de decisão política para um forte investimento em material didático, esse item é decisivo em vista dos limites que a própria realidade impõe ao discente dessa modalidade. Também se deve considerar em muitos casos as limitações do aluno que não permitem ao professor ampliar os conteúdos, isso sem desconsiderar, claro, a brevidade do tempo para trabalhar os assuntos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente, a avaliação é o coroamento de todo o processo empreendido pelos educadores no desenvolvimento de sua prática docente. Pois, essa breve análise indica que avaliar é mediar o processo ensino/aprendizagem, oferecer recuperação imediata, é promover cada ser humano e possibilitar que ele chegue ao fim desejado.

Diante do exposto fica patente que enquanto a avaliação permanecer presa a uma pedagogia desconectada da realidade e com pouco investimento em política educacional efetiva, certamente, a evasão permanecerá, e isso até possa inviabilizar a continuidade dessa modalidade de ensino, pois o aluno, as comunidades de um modo geral continuarão escravos de uma minoria, que se considera a elite intelectual.

Com isso, é possível dizer que o grande desafio para construir os novos caminhos, é uma avaliação com critérios de entendimento reflexivo, conectado, compartilhado do processo ensino/aprendizagem capaz de transformar cidadãos conscientes, críticos, criativos, solidários e autônomos.

Para que isso ocorra indispensável é um forte investimento nessa modalidade. Nesse contexto, as pesquisas em nível de especialização deverão ser oferecidas amplamente e ser uma força motriz capaz de lançar luzes no túnel pedagógico a ser atravessado pela educação no PROEJA. Vale lembrar que tal especialização deverá abrir vagas para a sociedade como um todo só assim poderemos vislumbrar dias mais promissores para o PROEJA.

Com isso, os gestores de todos os níveis devem estar envolvidos, e, naturalmente, o processo finaliza, na sala de aula com o professor, entretanto implica um trabalho de muitas mãos. O novo seja lá o que for para a educação deve contemplar o qualitativo, descobrindo a essência e a totalidade do processo educativo, sem negligenciar claro o aspecto dos conteúdos formais, pois esta sociedade reserva às instituições escolares o poder de conferir notas e certificados que supostamente atestam o conhecimento ou capacidade do indivíduo, o que implica uma atitude de responsabilidade e de serviço à sociedade da mais alta valia.

Pensando a avaliação como aprovação ou reprovação, a nota torna-se um fim em si mesmo, ficando distante e sem relação com as situações de aprendizagem. Mudar a nossa concepção se faz urgente e necessário. É romper com padrões estabelecidos pela própria história de uma sociedade elitista e desigual. Mudar a prática de avaliação nos leva a alterar práticas habituais, criando inseguranças e angústias e este é um obstáculo que pode ser negado, pois envolverá toda a comunidade escolar.

Se com o que é apresentado como metas de avaliações são educação e transformação, não nos resta alternar

senão juntos pensar uma nova forma de avaliação. Rompendo assim, com paradigmas, mudar concepções e construir uma escola com saberes e competências na urgência da civilização tecnológica.

REFERÊNCIAS

BISPO, A. B; NASCIMENTO, E. V. C. **A educação da infância pobre em Sergipe: a cidade de menores "Geórgia Vargas" (1942-1974)**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento base** – programa de integração da Educação Profissional técnica e Tecnológica – nível médio ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília: SETEC, 2000.

DEWEY, John. **Democracia e Educação. Introdução à Filosofia da Educação**. 4ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1979.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **A avaliação da aprendizagem como processo construtivo de um fazer**. 2005. Disponível em: <http://www.gestiopolis.com/Canales4/rrhh/aprendizagem.htm>. Acesso em 10 mar. 2013.

PRADA, Lenir Rosa André. **Educação Contemporânea: Ato Político ou Econômico** (2008). Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/3817/educacao-contemporanea-ato-politico-ou-economica>. Acesso em: 27 fev. 2013

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil. 1930/1973**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973. pp. 33-46.

Rosa, Carlos Alberto. **Histórico do PROEJA**. Disponível em: <http://proeja-education-rosa.blogspot.com.br/2007/08/historico-do-proeja.html>. Acesso em 05 mai. e 18 de mar. 2013.

SANTOS, A. L. **A importância da história da educação na formação do educador**. In.: Fundamentos Históricos da Educação. Aracaju: Gráfica Gutemberg, 2009.

SANTOS, M.S.P. **O processo de avaliação acadêmica do aluno PROEJA: desafios e perspectivas**. 2012. Monografia. Lagarto: IFS, 2012.

[1] Cf. <http://proeja-education-rosa.blogspot.com.br/2007/08/historico-do-proeja.html>

[2] Cf. SANTOS, M.S.P. *O processo de avaliação acadêmica do aluno PROEJA: desafios e perspectivas*. 2012. Monografia. Lagarto: IFS, 2012.

[3] Idem, ibidem.